



POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Seleção Interna para Admissão ao Curso de Formação de Cabos Policiais Militares Combatentes/2005

CADERNO GAMA

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 13/11/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima, e se o tipo de caderno de provas — **CADERNO GAMA** — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cento e vinte e cinco itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 125, seguidos da prova de redação.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova de redação, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova de redação e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova de redação poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **16/11/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pmdf/cfcII2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **17 a 19/11/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pmdf/cfcII2005 — e no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, ICC — Ala Norte, mezanino.
- III **8/12/2005** — Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Diário Oficial do Distrito Federal e locais mencionados no item I.
- IV **9 a 11/12/2005** — Recursos (prova de redação): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **22/12/2005** — Resultados finais da prova de redação e da seleção interna: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 9 do Edital n.º 34 — PMDF/CFC, de 22/9/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A idéia de dois Brasis separados pelo nível de renda desdobra-se em situações inesperadas, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas Projetos. Há realmente dois universos diferentes quando se avaliam as condições de vida das capitais de 26 estados brasileiros e de Brasília. À região Sul/Sudeste quase maravilha somou-se o Centro-Oeste da política e do agronegócio no quesito viver bem. Já o Norte/Nordeste mantém o estigma de pobre e maltratado.

A capital federal é a mais bem avaliada pelos moradores, seguida de Vitória, Curitiba, Belo Horizonte e Palmas. Na lanterna da lista estão, pela ordem, Rio Branco, Belém, Porto Velho e São Luís. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro ficam ligeiramente acima da média nacional de qualidade de vida, na 11.^a e na 10.^a colocação, respectivamente.

Mas na questão da violência é que surge o inesperado. Não são Rio e São Paulo as cidades cujos habitantes têm a percepção mais aguda desse risco. As ricas Porto Alegre e Belo Horizonte são o segundo e terceiro piores colocados, atrás apenas de Belém. Novamente, Brasília é o lugar mais privilegiado do Brasil em termos de sensação de segurança. Depois vêm Boa Vista, Palmas, João Pessoa e Vitória.

Carta Capital, 2/11/2005, p. 22 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as diversas implicações do tema que ele aborda, julgue os itens em seguida.

- 1 A existência de uma pesquisa como a citada no texto é mais um elemento a indicar que a questão da segurança é tema dos mais importantes no atual cotidiano dos brasileiros, em especial dos que vivem nos grandes centros urbanos, como nas capitais.
- 2 O agronegócio, que o texto relaciona ao Sul/Sudeste, significa agricultura familiar praticada com o objetivo de suprir as necessidades básicas de quem dela se ocupa.
- 3 Centro-Oeste e Sul/Sudeste são as regiões brasileiras que apresentam os melhores índices de qualidade de vida, segundo a pesquisa mencionada no texto.
- 4 Provavelmente em razão do quadro geral apresentado por seu entorno, Brasília é vista por seus habitantes como uma cidade de elevado nível de violência, tendo perdido a tranquilidade que possuía em seus primeiros anos de vida.
- 5 Deduz-se do texto que os dois maiores centros urbanos do Brasil são justamente aqueles em que a sensação de insegurança e de medo em face da violência é maior entre seus habitantes.
- 6 O texto mostra que, entre as cidades que ocupam as últimas colocações relativamente à qualidade de vida, segundo o ponto de vista de seus moradores, três estão situadas na região Norte e uma, no Nordeste.

- 7 De acordo com a pesquisa citada no texto, quem mais sente os riscos inerentes à violência são os moradores da capital do Pará.
- 8 Pelo que o texto dá a entender, a região nordestina destaca-se, na pesquisa, diferentemente de como tradicionalmente é vista pelo resto do país, como área boa para se viver e onde não há maiores preocupações quanto à violência.
- 9 Conclui-se, pela pesquisa, que os habitantes das capitais dos estados do Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais e Tocantins estão satisfeitos com a qualidade de vida que lhes é oferecida nas cidades onde vivem.

Veja — Os índices de criminalidade têm caído consistentemente nos Estados Unidos. Fora as questões que não dependem da ação policial, como as mudanças de natureza demográfica, quais os principais motivos para isso?

Mueller — Eu diria que, em primeiro lugar, está a melhoria substancial no treinamento das diversas polícias dos Estados Unidos. Com o treinamento vem o acesso à tecnologia, que nos permite aprimorar muito o trabalho de elucidação de crimes, com o uso do DNA e de outras técnicas. Treinamento e tecnologia, portanto, constituem um dos fundamentos. O segundo é o chamado policiamento comunitário: tirar a polícia das radiopatrolhas e fazê-la integrar-se às comunidades, de forma a saber em quem é preciso ficar de olho. O terceiro fator decorre da severidade de nossas leis. Qualquer um que comete um crime sabe que irá para a cadeia por um substancial período de tempo. É importante que os processos sejam rápidos e as sentenças tenham duração fixa. Os criminosos precisam saber qual será sua punição, que pegarão dez, quinze ou vinte anos de cadeia, sem liberdade condicional nem suspensão de sentenças. Isso contribuiu para a redução da criminalidade nos Estados Unidos.

Entrevista com Robert Mueller, diretor do FBI, polícia federal norte-americana. In: Veja, 2/11/2005, p. 14 (com adaptações).

Considerando o tema tratado no texto acima, as condições peculiares dos Estados Unidos da América (EUA) e as possíveis semelhanças ou diferenças dessas condições em relação ao Brasil, julgue os itens seguintes.

- 10 Para o diretor do FBI, em seu país, o crime não compensa, apesar da morosidade da justiça e das penas muito leves que são aplicadas aos condenados.
- 11 Infere-se do texto que, nos dias de hoje, uma boa polícia deve fazer uso das facilidades oferecidas pelo desenvolvimento da ciência.
- 12 O texto indica que a interação entre os agentes policiais e a comunidade para a qual trabalham traz bons resultados, raciocínio que pode ser aplicado aos EUA e a outros países.

- 13 No Brasil, não são poucos os que vêm na lentidão dos processos judiciais uma das razões que dificultam a correta aplicação das leis em relação aos criminosos.
- 14 Tanto quanto os EUA, o Brasil dispõe de suficiente rede de penitenciárias, quase todas de acordo com os padrões internacionalmente considerados bons.
- 15 A legislação brasileira somente admite pena de morte e prisão perpétua para casos de crime hediondo, como seqüestro seguido de morte.
- 16 Deduz-se do texto que a preparação que cada policial deve receber para exercer suas funções é tão importante quanto o uso do conhecimento científico.
- 17 O texto sugere que a ação do criminoso pode ser inibida pela certeza de que ele será rigorosamente punido, o que contribui para a redução do índice de criminalidade.
- 18 Ao contrário do que ocorre nos EUA e em outros países, sabe-se que, no Brasil, a ação dos narcotraficantes tem pouca importância para o aumento da criminalidade.
- 19 As más condições de vida, isto é, a pobreza e suas conseqüências, são a única fonte alimentadora da violência e da criminalidade.
- 20 No mundo contemporâneo, o terrorismo é fator de instabilidade e gera a sensação coletiva de medo, especialmente em regiões onde ele se faz mais presente, como no Oriente Médio, na Europa e nos EUA.
- 21 Uma das formas mais conhecidas de auxílio às investigações policiais é a participação da comunidade, por meio de informações e de pistas úteis para a elucidação de crimes.
- 22 Hoje, no Brasil, a lei exige que qualquer cidadão que queira fazer algum tipo de denúncia à autoridade policial tenha de se identificar.
- 23 O texto afirma claramente que a criminalidade somente recua quando há policiamento ostensivo e fortemente armado em todas as ruas das cidades.
- 24 Programas educacionais e de formação profissional oferecidos nas penitenciárias são vistos como importantes meios para a ressocialização dos detentos.
- 25 Em face da gravidade e do aumento insuportável do número de crimes cometidos, atualmente, os países admitem legalmente o uso da tortura nas investigações policiais, o que é permitido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

1 É sabido que os estabelecimentos prisionais do país se caracterizam pela ociosidade, a qual faz que muitos detentos progridam na senda do crime, instruídos por colegas 4 profissionais e treinados na violência própria do ambiente.

Entretanto, estuda-se, por exemplo, a possibilidade de prisioneiros trabalharem em serviço externo, como em 7 fábricas de artefatos de argamassa armada, destinados à construção de escolas, saneamento básico (manilhas e tubulações de água e esgoto). Reforça tal idéia o fato de 99% 10 dos prisioneiros na rede penitenciária de São Paulo já terem trabalhado na construção civil. Tais trabalhadores quase nunca podem ter emprego fixo, representando mão-de-obra 13 flutuante, impossibilitada de adquirir residência própria condigna. Tudo isso leva à violência e ao crime, muitas vezes iniciado no furto do alimento.

H. Bicudo e R. B. Ianini. *Encarcerados no Brasil. In: Direitos humanos no Brasil – Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 79-80 (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 26 A substituição de “É sabido” (l.1) por **Sabe-se** mantém a correção gramatical do período.
- 27 A palavra “destinados” (l.7) está no plural para concordar com “prisioneiros” (l.6).
- 28 A expressão “tal idéia” (l.9) retoma “construção de escolas” (l.8).
- 29 O termo “Tais” (l.11) pode, sem prejuízo para a correção do texto, ser substituído por **Esses**.
- 30 Infere-se da leitura do texto que emprego fixo e moradia condigna não favorecem o afastamento do crime.

1 Os direitos humanos, como referencial ético dos homens, são aqueles inerentes à pessoa humana, não necessitando que os legislem, ou mesmo que os queiram, são 4 direitos naturais universais. Também são vistos como pretensões de direitos. Carl Schmitt conceituou-os como “direitos do homem livre e isolado, direitos que ele possui 7 em face do Estado”. Para Bobbio, “por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos” e nascem de modo gradativo em virtude de determinadas situações.

10 Por sua vez, os direitos fundamentais, como “delineadores do perfil ético do direito e definidores da ação estatal em seus diversos setores (executivo, legislativo e 13 judiciário)”, caracterizam-se como “aqueles que cada ordenamento jurídico específico considera como tais, variando segundo a normatização de cada Estado. São 16 direitos absolutos e imutáveis”, visando tutelar, como os direitos humanos, a liberdade, a vida e a dignidade da pessoa humana.

Internet: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dconst0051.htm>> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 31 De acordo com o texto, há diferenças entre os direitos humanos e os direitos fundamentais.
- 32 Na linha 3, as duas ocorrências de “os” retomam o antecedente “homens” (l.2).
- 33 Caso a expressão “em virtude” (l.9) seja substituída por **em conseqüência**, a correção gramatical e o sentido da informação ficam prejudicados.
- 34 A expressão “normatização” (l.15) diz respeito a legislação.
- 35 O verbo “tutelar” (l.16) está sendo empregado com o sentido de proteger, amparar, defender.

1 Os direitos humanos de terceira geração, também
denominados de direitos de solidariedade e fraternidade,
foram desenvolvidos no século XX, compondo os direitos
4 que pertencem a todos os indivíduos, e constituem um
interesse difuso e comum, transcendendo a titularidade do
indivíduo para a titularidade coletiva ou difusa, ou seja,
7 tendem a proteger os grupos humanos. São os denominados
direitos transindividuais.

Podemos referir, como direitos de terceira geração,
10 os direitos à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio
ambiente, à qualidade de vida, à utilização e conservação do
patrimônio histórico e cultural e o direito à comunicação.

Internet: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dconst0051.htm>> (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 36 Atenderia à prescrição gramatical o emprego do sinal
indicativo de crase em “pertencem a” (ℓ.4).
- 37 Pelos sentidos do texto, a palavra “transcendendo” (ℓ.5) pode
ser substituída por **ultrapassando**, sem prejuízo para a
informação do período.
- 38 A forma verbal “tendem” (ℓ.7) está no plural para concordar
com o termo “todos os indivíduos” (ℓ.4).
- 39 Em “transindividuais” (ℓ.8), o prefixo **trans-** acrescenta à
palavra **individuais** o sentido de **posição para além de**.
- 40 Nas linhas 10, 11, e 12, os sinais indicativos de crase
decorrem da regência de “referir” (ℓ.9) e da presença de
artigo definido feminino.

1 A pessoa incumbida da segurança pública tem o
dever de exercer a autoridade concedida para tal fim, sob
pena de estar prevaricando, mas não pode extrapolar, sob
4 pena de estar praticando abuso de autoridade. Ou seja, a
atividade daquele que lida com a segurança pública é deveras
importante, mas são exigidos sempre o bom senso e o
7 equilíbrio nas ações, até porque estas se refletem como um
todo na sociedade.

Em questão de segurança pública, como não poderia
10 deixar de ser, a ação do Estado tem que se adequar a
princípios e dispositivos constitucionais e legais, respeitando
direitos individuais e coletivos, não podendo, no entanto, o
13 administrador público ser omissor, condescendente,
ineficiente ou exceder e incidir em arbitrariedades.

Uma polícia truculenta não resolverá o problema,
16 assim como uma polícia inerte em nada adiantará para a
efetivação da política eficaz de segurança pública.

Internet: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dp0024.htm>> (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 41 Mantém-se a correção gramatical do período passando-se a
expressão “A pessoa incumbida” (ℓ.1) para o plural, sem
outras alterações no texto.
- 42 Pelos sentidos do texto, a expressão “prevaricando” (ℓ.3)
está sendo empregada com o sentido de **faltando ao dever**.
- 43 Mantém-se a correção gramatical do período substituindo-se
“daquele que lida” (ℓ.5) por **dos que lidam**.
- 44 Na linha 7, o pronome “estas” retoma a idéia antecedente:
“ações”.
- 45 Na linha 13, o emprego de vírgula após “omisso” e após
“condescendente” tem a mesma justificativa: separar
elementos de uma enumeração.

1 A Declaração dos Direitos do Homem nasceu após
o término da Segunda Guerra Mundial. Era preciso dar um
basta nos genocídios tentados pelos próprios Estados
4 responsáveis pela morte de cerca de 45 milhões de pessoas,
discriminadas em razão de suas opções religiosas, políticas
ou por sua etnia. Os direitos humanos foram concebidos,
7 então, nessa época, para dar um “basta” às atrocidades e
horrores cometidos pelo nazismo e regimes totalitários.
Porém, mais do que conceituar os direitos humanos, a
10 Declaração nos trouxe um novo paradigma, um referencial
ético que serve como princípio para a ação dos Estados. A
partir dela, viu-se que todo homem deve ter seus direitos
13 protegidos não apenas pelo seu Estado, mas por todos, por
toda a comunidade internacional. A violação de um direito
humano de um cidadão nigeriano não é apenas questão
16 pertinente aos seus compatriotas, mas a toda a comunidade
internacional. Qualquer violação de direitos humanos, onde
quer que ela ocorra, é uma agressão a toda a humanidade.

Nilmário Miranda. Internet: <<http://www.presidencia.gov.br/sedh/>> (com adaptações).

A respeito do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 46 A palavra “tentados” (ℓ.3) está sendo empregada com o
sentido de **estimulados**.
- 47 A expressão “nessa época” (ℓ.7) refere-se a “morte de cerca
de 45 milhões de pessoas” (ℓ.4).
- 48 O segmento “Os direitos humanos foram concebidos” (ℓ.6)
pode, sem prejuízo para a correção gramatical, ser
substituído por **Conceberam-se os direitos humanos**.
- 49 Pelos sentidos do texto, a palavra “dela” (ℓ.12) refere-se a
“Declaração” (ℓ.10).
- 50 De acordo com as idéias do texto, a prática de proteção aos
direitos humanos em relação a um indivíduo diz respeito
apenas ao seu país de origem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens seguintes, a respeito do Direito Penal brasileiro.

- 51 O Código Penal disciplina o chamado princípio da reserva legal quando estabelece que não existem crime nem pena sem prévia cominação legal.
- 52 A tentativa, a desistência voluntária e o arrependimento eficaz ocorrem na fase de execução, no *inter criminis*. Já a consumação se dá quando, no crime, ocorre exaurimento.
- 53 Atirar em cadáver, para matar, constitui o chamado crime impossível.
- 54 A conduta humana desprovida de dolo ou culpa, mesmo que descrita na lei penal, não é criminosa, por ausência de culpabilidade.
- 55 Na coação irresistível e na obediência hierárquica, pune-se somente o autor da coação ou da ordem.
- 56 Quem repele uma agressão injusta e iminente de uma pessoa armada ou de um cão feroz, mesmo que por meios violentos, está amparado pelos institutos da legítima defesa e do estado de necessidade.
- 57 O soldado que mata o inimigo em combate comete crime de homicídio.
- 58 O boxeador que fere o adversário, ainda que dentro das regras do esporte, comete crime de lesão corporal.
- 59 O ditado popular “ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão” está correto, de acordo com o Direito Penal brasileiro.
- 60 Se alguém, para subtrair bens de uma vítima, emprega uma arma totalmente desmuniada para ameaçá-la, comete o crime de furto já que tal arma não representa perigo.
- 61 A emissão de cheque pré-datado, para pagamento em data posterior, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, não constitui crime de estelionato.
- 62 Considere que, durante um julgamento pelo tribunal do júri, um dos jurados, percebendo a distração dos circunstantes, subtraia a arma do crime. Nesse caso, ele pratica o crime de peculato.
- 63 Na concussão, o recebimento da vantagem ilícita é elemento essencial do tipo.
- 64 No crime de corrupção ativa, existe co-autoria entre corrupto e corruptor.
- 65 Comete o crime de prevaricação o chefe de uma repartição pública que, mesmo ciente do fato de que um servidor exercita, no ambiente de trabalho, a prática do jogo do bicho, permaneça inerte.
- 66 O crime de falso testemunho ocorre quando a testemunha diz o que não é verdadeiro ou silencia sobre o que sabe.
- 67 “Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão embora legítima, salvo quando a lei o permite” constitui norma que descreve o crime de abuso de autoridade.

Julgue o item seguinte com base nas Leis n.ºs 4.898/1965 e 9.099/1995.

- 68 Os crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/1965) cometidos por policiais militares são da competência dos juizados especiais criminais.

Acerca do Direito Penal Militar, julgue os itens a seguir.

- 69 A legislação penal militar não se aplica aos civis, por força da Constituição Federal.
- 70 Na prática de crime de autoria coletiva necessária, cometido por inferiores e oficiais, reputam-se “cabeças” os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.

Acerca do policiamento ostensivo, julgue os itens que se seguem.

- 71 Ao fazer abordagem a pescadores e caçadores em acampamentos, o policial militar deve verificar se há autorização do proprietário rural para a prática de caça ou pesca em seus domínios, se todos os pescadores e caçadores possuem licença para pesca e caça e se as armas de caça estão devidamente registradas e com licença atualizada para o trânsito.
- 72 O número de postos de guarda externa nos estabelecimentos penais varia em função da população carcerária, da periculosidade que a caracteriza, da localização do estabelecimento e da estrutura física do prédio.
- 73 Ação policial militar é a arte de empregar a tropa em ações ou operações rotineiras.
- 74 O patrulhamento, a permanência, a diligência e a escolta são modos de execução do policiamento ostensivo.
- 75 Orientação é o ato de se interpelar o cidadão encontrado em conduta inconveniente, buscando-se a mudança de sua atitude para evitar o cometimento de contravenção penal ou crime.

Com relação à técnica policial militar, julgue os itens subsequentes.

- 76 São requisitos essenciais da legítima defesa: agressão injusta, atualidade ou iminência da agressão e o direito a defender.
- 77 Em abordagem de veículos, a viatura policial deve ser parada, aproximadamente, dois metros à frente do veículo abordado e um metro à sua direita, com o pisca-alerta ligado.
- 78 Os procedimentos praticados durante o cerco do objetivo em abordagem em edificações incluem a revista à edificação, com permanente alerta para a possibilidade da existência de algum delinqüente, e observação de forros, caixas de água e outros locais onde se possa ocultar uma pessoa.
- 79 Identificar, revistar, advertir e prender o suspeito são ações que o policial militar pode realizar durante a segunda fase da abordagem de pessoas a pé.
- 80 Na situação de patrulhamento montado, é recomendável que os patrulheiros realizem deslocamentos montados por tempo médio de 50 minutos, com intervalos de 10 minutos apeados no posto base (PB), para que o cavaleiro possa manter a postura correta e para não sobrecarregar o cavalo.

Considerando o estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 81 Os integrantes da Polícia Militar, em razão da destinação, formam uma categoria especial de servidores públicos do Distrito Federal. Os policiais militares de carreira são os que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial militar, têm vitaliciedade assegurada ou presumida.
- 82 Policiais militares integrantes da reserva remunerada podem, excepcionalmente, ser designados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária.
- 83 Os alunos do curso de formação de sargentos têm precedência sobre os cabos. Porém, se os policiais militares da ativa tiverem o mesmo grau hierárquico, a precedência recai sobre aquele mais antigo no posto ou na graduação.
- 84 Os cabos auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais, tanto no adestramento e no emprego de meios quanto na instrução e na administração.
- 85 Os deveres dos policiais militares emanam de vínculos racionais e morais que ligam o policial militar à comunidade do Distrito Federal e à sua segurança e se baseiam no amor à profissão, no entusiasmo com que eles a exercem, no aprimoramento técnico-profissional, no espírito de corpo, no orgulho pela corporação e na dedicação à defesa da sociedade.
- 86 Quando na condição de reserva remunerada ou reformada, a praça não pode ser submetida ao conselho de disciplina.
- 87 São direitos dos policiais militares o uso de designações hierárquicas, a ocupação de cargo condizente com o posto ou a graduação e moradia para si e seus dependentes em imóvel sob responsabilidade da corporação, de acordo com as disponibilidades.
- 88 Ex-esposo ou ex-esposa de policial militar com direito a pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado é considerado seu dependente enquanto não contrair novo matrimônio.
- 89 Policial militar em atividade, com tempo de serviço inferior a 5 anos, ao se candidatar a cargo eletivo, deve ser afastado temporariamente do serviço ativo, agregado e considerado em licença para tratar de interesse particular e, se eleito, deve ser, no ato da diplomação, transferido para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizer jus em função de seu tempo de serviço.
- 90 O valor do soldo é o mesmo para o policial militar da ativa e para o da reserva remunerada ou o reformado, de mesmo grau hierárquico, e não está sujeito a penhora, seqüestro ou arresto nem pode ser reduzido, exceto nos casos previstos em lei.
- 91 O planejamento da carreira de oficiais e praças, observadas as disposições da legislação e as regulamentações, é atribuição privativa do governador do Distrito Federal.
- 92 A agregação é a situação na qual o policial militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica de seu quadro, nela permanecendo sem número. Ela ocorre quando o policial é julgado temporariamente incapaz após um ano contínuo de tratamento de saúde ou após ter sido considerado oficialmente extraviado.

- 93 Policial militar cuja situação seja de excedente não pode concorrer a cargo policial militar nem a promoção.
- 94 O desligamento do serviço ativo de policial militar deve ser processado após a expedição do respectivo ato do comandante-geral da corporação ou de outra autoridade à qual tenham sido delegados poderes para isso.
- 95 Na apuração de tempo de serviço de policial militar, deve ser feita a distinção entre tempo de efetivo serviço e anos de serviço. O tempo de serviço prestado nas forças armadas ou em outras polícias militares e o tempo passado dia-a-dia nas organizações policiais militares devem ser computados como anos de serviço.

Em relação ao regulamento disciplinar do exército (RDE), julgue os itens a seguir.

- 96 As contagens dos prazos estipulados para a mudança de comportamento e para o cancelamento de registros começam a partir da data da publicação, para os casos de repreensão, e da data do cumprimento do último dia de cada detenção disciplinar, prisão disciplinar, ou pena criminal a ser cancelada.
- 97 O cancelamento do registro de punição disciplinar poderá ser concedido ao policial militar que tiver bons serviços prestados, comprovados pela análise de suas alterações, e que tiver completado, sem qualquer punição, cinco anos de efetivo serviço, a contar da data de cumprimento da punição de prisão disciplinar a cancelar.
- 98 Pedido de reconsideração de ato e recurso disciplinar são medidas utilizadas na esfera disciplinar por militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado por superior hierárquico.
- 99 O comportamento policial militar do praça deve ser classificado como insuficiente quando, no período de um ano de efetivo serviço, tenha sido punido com uma prisão disciplinar ou quando, no período de dois anos, tenha sido punido com mais de uma prisão disciplinar.
- 100 Um policial militar terá seu comportamento reclassificado de mau para insuficiente quando permanecer sem punição disciplinar por dois anos de efetivo serviço, não cometer crime culposo por dois anos e seis meses de efetivo serviço e não cometer crime doloso por três anos de efetivo serviço.
- 101 Do ponto de vista disciplinar, uma prisão disciplinar equivale a duas detenções disciplinares e uma detenção disciplinar equivale a duas repreensões.

102 No enquadramento constante da nota de punição, fazem parte os seguintes itens: a classificação da transgressão ou punição disciplinar imposta, o local para o cumprimento da punição disciplinar e a classificação do comportamento militar em que o punido permanecer ou ingressar.

103 Um policial militar que comete transgressão classificada como grave é punido com detenção disciplinar até o licenciamento ou exclusão a bem da disciplina.

104 A anulação de punição disciplinar poderá ocorrer em até cinco anos, a contar do término do cumprimento da punição disciplinar, pela autoridade que a aplicou, ou por autoridade superior a esta, na cadeia de comando.

105 O impedimento disciplinar é o cerceamento da liberdade do punido disciplinarmente, o qual deve permanecer no alojamento da subunidade a que pertencer ou em local que lhe for determinado pela autoridade que aplicar a punição disciplinar.

Com base no direito constitucional, julgue os itens seguintes.

106 Por força constitucional, a tortura é um crime inafiançável e insuscetível de graça e de anistia.

107 A moradia e a segurança são direitos sociais garantidos constitucionalmente.

108 A Constituição da República veda a existência de discriminação em virtude do sexo e, portanto, seria inconstitucional lei federal que reservasse para mulheres um mínimo de 10% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargo de agente de polícia federal.

109 O Distrito Federal pode dividir-se em municípios, desde que essa medida seja aprovada por sua população mediante plebiscito.

110 O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Ministério da Justiça.

111 O Ministério Público é o órgão do Poder Executivo que tem por objetivo a defesa do Estado, da ordem pública e dos direitos coletivos.

Acerca da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), julgue os itens subseqüentes.

112 A PMDF constitui uma força auxiliar do Exército, portanto seus oficiais são militares da União e subordinam-se diretamente ao presidente da República.

113 Os membros da PMDF não podem ser compelidos a associar-se ou a permanecer associados a qualquer instituição de caráter associativo.

114 A PMDF integra o Sistema Nacional de Trânsito.

115 A legislação não atribui aos policiais da PMDF a qualidade de autoridade de trânsito.

116 A Constituição da República determina que os servidores policiais integrantes da PMDF devem ser remunerados mediante subsídio.

117 Seria inválido ato do comandante-geral da PMDF que determinasse aos policiais que não autuassem motoristas por ultrapassar sinais vermelhos entre meia-noite e cinco horas da manhã.

Acerca das infrações de trânsito, julgue os seguintes itens.

118 Constitui infração administrativa de trânsito o fato de um condutor envolver-se em acidente de trânsito por falta de cuidado ao dirigir.

119 Constitui crime de trânsito a prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor e, por isso, é circunstância agravante desse crime o fato de a lesão ocorrer sobre faixa de trânsito destinada a pedestres.

120 Para recorrer de uma multa de trânsito que lhe foi imposta, um motorista precisa previamente depositar o valor da multa perante a administração.

Sobre a legislação de trânsito, julgue os itens que se seguem.

121 As rodovias que cruzam o perímetro urbano do Distrito Federal são consideradas vias urbanas, para fins de aplicação da legislação de trânsito.

122 A velocidade máxima nas estradas do Distrito Federal é de 60 km/h, para quaisquer veículos, salvo se houver sinalização específica que indique velocidade máxima diversa.

Cada um dos itens a seguir é composto por uma situação hipotética ocorrida durante uma *blitz* realizada pela PMDF, seguida de uma assertiva a ser julgada.

123 Um cabo da PMDF determinou a parada de um automóvel cujo condutor não portava CNH e identificou-se como major do Exército brasileiro. Nessa situação, é vedado ao referido cabo autuar o major por infração de trânsito, pois um oficial das Forças Armadas somente pode ser autuado por oficiais de patente igual ou superior.

124 O condutor de um dos automóveis abordados na *blitz* identificou-se como promotor de justiça e afirmou que os policiais não poderiam revistar o seu carro sem sua autorização porque o veículo é uma extensão do domicílio e, portanto, é protegido pela regra constitucional da inviolabilidade domiciliar. Nessa situação, o argumento do referido promotor é juridicamente equivocado.

125 O condutor de um dos automóveis abordados na *blitz* identificou-se como embaixador de um país europeu. Nessa situação, o policial deve abster-se de autuar o referido condutor porque o Código de Trânsito Brasileiro confere imunidade aos diplomatas que servem no Brasil.

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova — que vale **10** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

É importante observar que a Constituição Federal trata do tema segurança pública em seu artigo 144, no Título Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, prevendo que a segurança pública é direito e dever de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A questão da segurança pública, então, é vital ao cidadão, consistindo-se em verdadeiro direito fundamental, como preconiza o art. 5.º, *caput*, da Constituição Federal. Tratando-se de direito fundamental do cidadão, verifica-se o liame existente entre a questão da segurança pública e os direitos humanos.

Cyro Saadeh. Internet: < <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dp0024.htm> > (com adaptações).

Capítulo III

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, p. 99.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, disserte a respeito do tema

A responsabilidade da Polícia Militar no respeito aos direitos humanos.

RASCUNHO

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |